

# As regras para o Brazil Fund

por Paulo Sotero  
de Washington

te da Gomes de Almeida,  
Fernandes S.A.; e Julian  
Alfonso Magalhães Chacel,  
diretor do Instituto Brasi-

leiro de Economia da Fun-  
dação Getúlio Vargas.  
No Brasil, a Atlântica  
S.A. Distribuidora de Titu-

los e Valores Mobiliários  
atuará como administrado-  
ra dos recursos, pesquisan-  
do o mercado em busca das

melhores opções de investi-  
mento, e o Planibanc S.A.  
Distribuidora de Títulos e  
Valores Mobiliários será

incumbido dos serviços ad-  
ministrativos, dando tam-  
bém assessoria econômica  
ao fundo.

Na sexta-feira, dia 8 de abril, a Scudder, Stevens & Clark, Inc., empresa de consultoria que administrará o Brazil Fund, Inc., recebeu um cheque de US\$ 139,5 milhões do First Boston Corporation, o banco de investimento que liderou a venda dos 12 milhões de ações do fundo no mercado. O cheque de US\$ 139,5 milhões representa o total apurado na venda das ações, de US\$ 150 milhões, menos os custos de *underwriting*. A Merrill Lynch atuou como co-líder da colocação.

Edmund Games, executivo da Scudder, que cuidará diretamente do gerenciamento dos recursos do fundo, acredita que sua colocação no mercado acionário brasileiro deverá ser completada no prazo de um ano, metade do prazo estipulado. As regras para as aplicações estão condicionadas pela legislação brasileira sobre investimentos estrangeiros, bem como pelos regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, e de sua equivalente nos Estados Unidos, a Securities and Exchange Commission, a SEC.

Assim, o fundo não poderá investir mais de 10% de seu capital em ações de uma única empresa no Brasil nem mais de 25% num único setor. Devido às limitações brasileiras ao capital estrangeiro, o fundo não poderá ter mais do que 5% do capital votante de uma companhia nem mais de 25% de seu capital total. Da mesma forma, ações ordinárias da Petrobrás e do Banco do Brasil estarão fora de seu alcance.

Dentro de dois anos, o Brazil Fund deverá ter pelo menos 70% de seu capital aplicado em ações de empresas brasileiras de capital aberto, observando uma proporção diária não inferior a 35% de investimentos de sua carteira nesse tipo de ação. O restante poderá ser aplicado em outros instrumentos, incluindo títulos da dívida pública.

A administração do fundo será feita pelo escritório da Scudder, em Boston, berço dessa empresa criada em 1919 e que é a mais antiga no ramo de consultoria de investimentos nos EUA.

Além de procurar acompanhar de perto o mercado acionário e a economia brasileira, a Scudder terá uma ampla rede de apoio para decidir quando e em que ações investir no Brasil. Na diretoria do Brazil Fund, uma empresa de papel, oficialmente registrada no Estado de Maryland, há dois brasileiros experientes (o ex-gerente do Banco do Brasil em Nova York, Lino Otto Bohn, e o diretor da IMF Editora Ltda., Ronaldo A. da Frota Nogueira) e um economista americano que acompanha de perto os sacolejos da economia do País (Rudinger Dornbusch, do MIT).

## COMISSÃO: 1,25% AO ANO

Além disso, a Scudder poderá recorrer a um conselho consultivo, integrado por Roberto Teixeira da Costa, presidente da BSF—Brasilpar Serviços Financeiros; Gerald Hess, consultor e investidor gaúcho, com posições na diretoria de várias empresas (Mesbla, Kalil Sehbe, Surinvest, Brasilpar e Companhia Iochpe de Participações), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, presiden-

## A aprovação dos credores

A ativação do programa brasileiro de conversão foi bem recebida pelos credores. "Acredito que o esquema brasileiro é tão bom quanto o do Chile", disse Stephen Dizard, da firma de Investimentos Salomon Brothers. Outros executivos da área ouvidos por este jornal disseram, contudo, que as incertezas sobre o clima para investimentos estrangeiros no País são um fator inibidor. Outro inibidor, especialmente para os grandes bancos, detentores originais de ativos brasileiros, é a esperança que eles têm de obter, nas atuais negociações da dívida, um regime privilegiado para a conversão. Esses bancos, que sintomaticamente tiveram uma participação acanhada no primeiro leilão, realizado no mês passado, reivindicam o direito de converter ativos ao par, o que os livraria de perdas em seu portfólio. (PS)